

O patrimônio arquitetônico no século XXI para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto

Andréia Moassab¹

Resumo: Iniciamos o artigo debatendo a origem da preservação institucionalizada do patrimônio arquitetônico no Brasil, nos anos 30 e as suas principais consequências para as décadas seguintes. A constituição de 1988 alarga os critérios anteriores com o intuito de proteger a diversidade cultural formadora do país. No entanto, passadas mais de duas décadas da constituinte observa-se, na prática, pouca alteração do perfil patrimonial edificado. Mantem-se à parte bens imóveis de origem africana/afrodescendente e, sobretudo, indígenas. Igualmente, pouca atenção tem sido concedida ao registro dos processos imateriais na arquitetura, isto é, o saber-fazer. Finalmente, defendemos que o aumento da diversidade e os processos imateriais da arquitetura merecem ser efetivamente acolhidos e reconhecidos como patrimônio arquitetônico nacional.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico; processos imateriais; diversidade arquitetônica.

Resumen: Este artículo se inicia debatiendo el origen de la preservación del patrimonio arquitectónico en Brasil de los años 30 y sus principales consecuencias para las décadas posteriores. La constitución de 1988 amplía los criterios anteriores con el objetivo de proteger la diversidad cultural constitutiva del país. Sin embargo, tras dos décadas de la constituyente se observa en la práctica, que pocos cambios se produjeron en el perfil del patrimonio edificado. Hay una completa ausencia de bienes inmuebles del patrimonio de origen africano afro descendientes, y es más evidente en el caso del patrimonio de origen indígena. Asimismo, poca atención se le ha dado al registro de procesos inmateriales en arquitectura, es decir, al saber hacer. Por último, defendemos que el aumento de la diversidad y los procesos inmateriales en arquitectura merecen ser, de hecho, defendidos y reconocidos como parte del patrimonio arquitectónico nacional.

¹ Arquiteta e urbanista, mestre e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP/Brasil). Autora do livro *Brasil Periferia(s): a Comunicação Insurgente do Hip-Hop* (Educ/Fapesp, 2011). Morou e trabalhou em Cabo Verde, onde foi consultora do MDHOT – Ministério do Desenvolvimento Habitação e Ordenamento do Território e das Nações Unidas. Foi coordenadora de pesquisa do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde (2009-2012), com o qual mantém vínculo como pesquisadora. Atualmente é professora adjunta e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/Brasil). Email de contato: andreia.moassab@unila.edu.br

Palabras-clave: patrimonio arquitectónico; procesos inmateriales; diversidad arquitectónica.

Abstract: In the introduction we will present the origin of the preservation of architectural heritage in Brazil in the 30's and its consequences for the following decades. The 1988 Constitution enlarge the former criteria on preservation in order to protect the cultural diversity of the country. Nevertheless, after two decades of the constitutional law we observe very few changes on the heritage profile. This means that African and indigenous architecture are still not addressed, conceived and comprehended as Brazilian heritage. Also, very little attention has been conceded to register immaterial process in architecture. Finally we indicate that a larger range of architectural tipology as well as immaterial processes in architecture should be effectively part of the national architectural heritage.

Keywords: architectural heritage; immaterial processes; architectural diversity.

1. Arquitetura, poder e monumentalização da História Oficial

As preocupações com a gestão do patrimônio surgem no Brasil nos anos 30, durante o Estado Novo². O cunho nacionalista e ares modernizantes do período buscaram construir a memória cultural nacional pautada sob o desejo da unicidade histórica da nação brasileira (GALVÃO, 2010). O decreto lei n. 25 de 1937 traçava diretrizes para identificar, documentar, proteger e promover a valorização deste patrimônio. Sucede que esta memória oficial foi embasada nos valores da elite e a elevação a monumento, sobretudo, da arquitetura colonial das estruturas de poder (igrejas, fortes, cadeias, palácios, casas de câmaras). Isto significou registrar a história do Estado como se fosse a história de todos. Estas diretrizes foram predominantes na preservação do patrimônio nacional até a constituinte de 1988 quando novas

² É fato que estudos históricos sobre o conceito de patrimônio no Brasil remontam suas origens ao contexto do Império (1822-1889). Durante esses anos não existiram políticas públicas de preservação do patrimônio precisando antes ser representado enquanto suporte da construção identitária da jovem nação brasileira. Outras representações do patrimônio, mais de caráter artístico do que histórico, entre fins do XIX e primeiras décadas do XX anteciparam o conceito institucional de patrimônio vigente em grande parte do século seguinte (VENEGAS, 2011). Contudo, tanto a noção de patrimônio quanto a sua institucionalização conforme delimitadas neste artigo dizem respeito ao quadro histórico definido a partir da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937.

perspectivas foram acrescidas, sem, no entanto, abandonar a monumentalização da história oficial.

De ressaltar que a sobreposição da história do Estado à dos povos tem sido comumente naturalizada, com o apoio da perspectiva patrimonialista das agências internacionais. Em 2009, por exemplo, Cidade Velha, em Cabo Verde (África), foi elevada a patrimônio da humanidade pela UNESCO. O seu núcleo original cresce em torno do pelourinho, estrutura de castigos corporais públicos aplicados aos escravos nos tempos coloniais. Não obstante simbolizar a crueldade deste período, vídeos e cadernos institucionais preferem destacar o seu estilo “gótico”, com pouca ou nenhuma referência à fundação da cidade como entreposto português no tráfico atlântico de escravos. Sob a ótica da preservação arquitetônica das edificações e do traçado urbano de Cidade Velha, tem havido uma higienização ou embranquecimento da história de sofrimento que acompanha o período colonial.

Além disso, Cidade Velha é provavelmente mais significativa para a história do colonizador do que de Cabo Verde, pois foi a primeira cidade portuguesa fora do continente. Não por acaso Portugal fez forte campanha para a sua elevação a patrimônio mundial. Logo nas primeiras linhas da página da UNESCO lê-se que Cidade Velha “foi a primeira cidade colonial construída nos trópicos e marca um passo decisivo na expansão europeia no final do século XV em direção à África e ao Atlântico” (UNESCO, online, tradução nossa). Ao fazer emergir apenas uma face da história, sob a perspectiva do desbravamento dos mares e de novas fronteiras, está-se colaborando para uma “suavização” da violência colonial.

Nesta direção, a preservação do patrimônio arquitetônico tem sido comumente instrumentalizada. No Brasil, um dos casos mais evidentes foi o projeto de “revitalização” do pelourinho, em Salvador, igualmente apaziguador das tensões e contradições históricas do convívio nada pacífico entre colonizador e colonizados.

Contar a história dos detentores de poder faz parte da gênese dos monumentos. Desde os tempos mais remotos monumentos são erguidos para comemorar a versão dos vencedores e o espaço urbano tem sido o *locus* por excelência desta prática. Os arcos do triunfo romanos já marcavam batalhas vitoriosas nos núcleos urbanos. Como marcos de propaganda política “Roma, em sua expansão militar, celebra suas conquistas erguendo

estátuas, grandes arcos e colunas, monumentos que ostentam a grandeza do império” (AZEVEDO, 2003: 66). Nos séculos XVIII e XIX houve um resgate enfático do uso das cidades como palco para a versão oficial dos fatos e a sua cristalização como verdade absoluta. Isto é, “os monumentos escultóricos ou arquitetônicos compõem o ambiente urbano, inscrevem-se na paisagem da cidade e são, sobretudo representações simbólicas dos diversos momentos da história” (ibidem: 74). Heróis nacionais (sob a perspectiva hegemônica), bustos e cavalos ocupam lugares estratégicos na urbe, onde o desenho urbano enfatiza as perspectivas visuais e engrandece o monumento.

Monumentos e arquitetura (e a monumentalização da arquitetura), ao longo dos tempos, têm servido para solidificar a versão dominante da história, seja pelo investimento em materiais duráveis e grandiosidade nas obras de Estado, seja, a posteriori, na política de preservação pautada na fisicalidade do objeto arquitetônico. Importa lembrar que o ambiente construído é um sistema semiótico revelador dos povos. O discurso arquitetônico não é indiferente às instituições que conformam cada sociedade. Em outras palavras, a arquitetura produz discurso, atribui sentido e constrói realidade: é um dispositivo de produção de verdades. Uma vez que o espaço é uma categoria política (FOUCAULT, 1988), a sua demarcação é prática de poder, da escala da casa e do lote à cidade. É sob esta perspectiva que, por exemplo, a estátua de Marco Aurélio, imperador romano, na praça do Campidoglio, voltava-se originalmente para o Foro Romano. Após a intervenção urbanística de Michelângelo, no século XVI, a escultura equestre passa a reverenciar o Vaticano, o novo centro de poder.

Assim como as estátuas e monumentos, a ocupação dos territórios e a sua demarcação simbólica é, *de per se*, estratégia de dominação. No Brasil, a colonização foi um empreendimento urbano, a despeito da economia rural, já que os núcleos urbanos eram os pontos de saída para a ocupação das terras. Era a partir das cidades que o colonizador exercia o poder econômico e militar sobre o território. As cidades e vilas do país foram criadas como estratégia de dominação, a partir do litoral rumo ao interior. Internamente, no que diz respeito ao desenho urbano, os quadrantes centrais e mais elevados eram inexoravelmente destinados às estruturas de poder, onde foram construídos as igrejas, fóruns, prefeituras, cadeias, fortificações etc.

Salvador, por exemplo, a primeira capital do país, teve seu traçado determinado em Lisboa e a sua escolha geográfica obedeceu a critérios militares, tanto em função da

centralidade na costa recém-descoberta quanto pela grande baía de todos os santos, estratégica para defesa militar. A zona comercial desenvolvia-se nas proximidades do porto, nas cotas mais baixas. Na parte alta e mais protegida de ataques estava o centro do poder: palácios de governo, igrejas, conventos e residências da elite. Usualmente, o patrimônio histórico é circunscrito a estas áreas, coincidentes com os centros de poder.

Os anti-monumentos

Em contraposição à história oficial, na última década, alguns artistas e ativistas têm subvertido irônica e plasticamente a lógica comemorativa naturalizada do monumento urbano. Este é caso do julgamento simbólico de Borba Gato, realizado todo dia 19 de abril (dia do índio) aos pés da sua estátua em São Paulo. Ao contrário da honra aos “bandeirantes”, os ativistas propõem um julgamento simbólico, no qual o “extraordinário desbravador dos sertões” dos livros escolares é submetido ao escrutínio popular com a acusação de promoção de trabalho escravo, homicídio de negros e índios; estupro de mulheres negras e indígenas e roubo de ouro e pedras preciosas brasileiras. O Núcleo de Comunicação Alternativa dá a manchete: “Borba Gato é Julgado, Acorrentado e Encontra-se Preso” (2008). Segundo a “reportagem”, o bandeirante foi condenado a 55 anos de prisão a uma bola de nióbio, pelo o homicídio qualificado de negros, índios e brancos:

Artigo 121 do código penal - reclusão de 30 anos. Promoção de trabalho escravo de negros e índios. Artigo 288 do código penal - reclusão de 8 anos. Estupro de mulheres negras e índias. Artigo 103 do código penal - reclusão de 10 anos. Apropriação indébita de riquezas e poder. Artigo 168 do código penal - reclusão de 5 anos. Porte indevido e ofensivo de armamento pesado. Artigo 180 do código penal - reclusão de 2 anos. (NCA, 2008)

Por conseguinte, é desvelada outra face dos “homens valentes, que no princípio da colonização do Brasil, foram usados pelos portugueses com o objetivo de lutar com indígenas rebeldes e escravos fugitivos”, frase banalizada e reproduzida constantemente em sites de pesquisa escolar e manuais³.

No mesmo sentido, por meio da poética visual, a artista Nele Azevedo vem desenvolvendo a sua pesquisa, a qual resultou em ações críticas no espaço urbano, tais como a instalação do *Monumento Mínimo* em diversas cidades do mundo e do trabalho

³ O portal do professor (portaldoprofessor.mec.gov.br), página mantida pelo Ministério da Educação, propõe este e diversos textos semelhantes para debate em sala de aula, sem contudo maiores orientações ou enquadramento, que ficam exclusivamente a cargo de cada professor.

Gloria às Lutas Inglórias, no pátio do colégio, em São Paulo. Este último propunha uma profunda reflexão sobre o monumento em homenagem aos jesuítas na fundação de São Paulo, ocupando uma área equivalente, com um desenho guarani feito em frutas, que foi devorado em algumas horas, num grande piquenique urbano. Por sua vez, o monumento mínimo é uma homenagem a homens e mulheres anônimos e à efemeridade da vida, subvertendo as principais características dos monumentos oficiais: a escala, a homenagem aos heróis, o pedestal e a permanência. O trabalho de Azevedo consiste em esculturas de gelo (material temporário), em escala diminuta, inicialmente solitário e mais recente em multidões, estrategicamente colocadas em contraposição à história oficial. O monumento mínimo já esteve em Brasília/Tabatinga, Salvador, São Paulo, Tokyo, Havana, para citar algumas.

Por sua vez, o artista catalão Antoni Muntadas “inaugurou” com placas comemorativas, os desastres urbanos, no projeto Arte/Cidade Zona Leste, em São Paulo, em 2002. O trabalho consistia em elencar “oficialmente” as piores obras urbanas da cidade e galardoá-las com placas em bronze, idênticas àquelas usadas para identificar os monumentos oficiais. Desta feita, o minhocão, os conjuntos habitacionais da zona leste, o fura-fila e outras obras de igual “importância” receberam as suas placas e tornaram-se cartões postais da cidade, pelas lentes do fotógrafo Gal Oppido (PEIXOTO, 2012). Muntadas por meio de uma ação irônica subverte a lógica do monumento urbano e faz emergir os paradoxos e limites das obras oficiais, bem como do seu reconhecimento por meio das usuais placas em bronze (MOASSAB, 2003).

A lógica do monumento e monumentalização do espaço urbano vêm sendo questionada nas últimas décadas, tanto em trabalhos acadêmicos (DEUTSCHE, 1996; PEIXOTO, 1996, 2012; MOASSAB, 2003; SOUZA, 2011) quanto artísticos (Krzysztof Wodiczko, Richard Serra, Maria Papadimitriou, para citar alguns). O livro *Evictions: Art and Spacial Politics*, de Rosalyn Deutsche (1996), faz dos mais ácidos protestos contra o discurso hegemônico sobre a relação entre arte e espaço urbano. A autora demonstra como predomina uma abordagem que concebe e justifica exclusões. Em contraposição, seu trabalho defende a necessidade de tomar-se em conta os conflitos que produzem e mantêm todos os espaços. O conflito, longe de minar o espaço público, é um pré-requisito de sua existência.

Se por um lado muito já tem tratado sobre a perversa relação entre arte e espaço urbano, por outro, pouco deste debate tem sido absorvido nas reflexões e práticas de preservação do patrimônio edificado no Brasil. A arquitetura, ao invés de iluminar as contradições da formação na nação, tem colaborado para apaziguá-las. Apesar das alterações arejadas trazidas pelo texto constitucional de 1988, passados vinte anos, observa-se certa inércia e pouca alteração na diversidade e perfil das edificações tombadas no período.

2. A preservação do patrimônio edificado no século XXI

Ao propormos uma reflexão da preservação do patrimônio arquitetônico e o seu vínculo com o poder historicamente instituído não se está apontando para a sua desvalorização ou substituição. Ao contrário, trata-se de alargar o escopo da preservação arquitetônica, acrescentando ao padrão instituído outros modos e modelos construtivos, assim como os aspectos imateriais da arquitetura, os quais têm merecido raros espaços no debate sobre patrimônio arquitetônico.

Dito de outra forma, se preservação arquitetônica se confunde com a valorização das estruturas de poder, é necessário reconhecer a inclusão, de fato, das novas perspectivas a partir da constituição de 1988. O artigo 126 da constituição federal inscreve no patrimônio nacional os “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (FINGER, 2010:06), alargando o espectro anterior com critérios vinculados à monumentabilidade, homogeneidade e excepcionalidade dos bens.

O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional atua hoje em dia pautado sob o lema de que “não preserva o passado, trabalha com o que precisa fazer parte do futuro” (ibidem), buscando proteger a diversidade cultural brasileira incluindo valores populares, indígenas e afro-brasileiros. Todavia, ainda que o entendimento jurídico tenha sido atualizado e o instituto tenha vindo a confirmar tal compreensão nas suas publicações recentes, não é possível observar mudanças neste sentido no que tange ao patrimônio arquitetônico, ao analisar-se a relação de bens tombados e dos temas de interesse do instituto.

No conjunto das 96 cidades tombadas pelo IPHAN, houve o acréscimo, a partir da nova constituição, de importantes núcleos urbanos do sul do país, com predominante imigração européia, como é o caso de Itaiópolis e Laranjeiras, ambas em Santa Catarina.

Igualmente, núcleos urbanos pouco monumentais, porém relevantes para as identidades regionais, como Parnaíba, no Piauí também foram acrescentadas ao livro nacional do tomo (ibidem). No entanto, poucas referências são feitas à cultura indígena e afro-brasileira, tanto no concernente a cidades e povoadamentos quanto a bens arquitetônicos isolados.

Dos quase mil bens arquitetônicos protegidos pelo Estado Nacional, quase a metade (40%) refere-se estruturas religiosas de matriz católica (igrejas, capelas, conventos, mosteiros); outros 20% dizem respeito a edifícios e infraestruturas administrativo-institucionais (cadeias, câmaras, fortes, fortalezas, fontes, aquedutos etc.). Fazendas, engenhos e casas de pessoas ilustres totalizam 13% (LIMA, F., 2009)⁴.

As casas e casarões tombados, conforme consta na publicação *Casas do Patrimônio* (GALVÃO, 2010), são majoritariamente do período colonial, pertencentes à administração pública ou casas privadas da elite e personagens ilustres, bem como casas bandeiristas e sedes de fazenda (ambas partes do mesmo espectro ideológico). É exceção uma casa em madeira em Curitiba, legado da colonização polonesa (cujo precedente para tombamento foi aberto pela nova constituição). Contudo, a casa Domingos Nascimento (1921), atualmente sede do IPHAN-Paraná, construída para finais de semana, não é exatamente representativa das massas operárias e camponesas europeias chegadas ao país a partir da segunda metade do século XIX.

Apenas 1% dos bens arquitetônicos tombados concerne à memória afro-descendente (02 quilombos, 06 terreiros, 01 senzala, 01 museu magia-negra), num total de 10 bens. Destes, a maioria, de fato foi tombada após a constituição de 1988, demonstrando que o marco jurídico colaborou para a inclusão dos negros na preservação da memória nacional, mesmo que permaneça muito incipiente. De referir que dos dois quilombos tombados, Palmares (AL) e Ambrósio (MG), este último tem um processo imerso em polêmicas com historiadores mineiros apontando erros na área tombada pelo IPHAN, além de questionarem o viés autoritário do processo. O dossiê online dos *Quilombolas em Defesa dos Quilombos* ironiza: “só os historiadores do IPHAN podem decidir o que é e o que não é História. Só os arqueólogos do IPHAN é que podem decidir o que é e o que não é um quilombo; só a Presidente Substituta do

⁴Dados computados pela autora a partir da publicação *Bens Móveis e Imóveis Inscrito no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2009)* (LIMA, 2009), excluídos os bens não arquitetônicos (coleções, acervos, paisagens naturais e sítios arqueológicos).

IPHAN é que decide o que tomba, porque tomba, quando tomba e aonde tomba” (MG QUILOMBOS, s/d: online).

Não há qualquer registro de bens indígenas tombados pelo IPHAN, tampouco casas, aldeias ou conjuntos arquitetônicos/paisagísticos. Em geral a cultura indígena tem sido tombada como bem cultural/imaterial, sobretudo por conta de rituais, festas e danças. A arquitetura indígena não tem feito parte dos bens materiais da União⁵.

A invisibilidade das técnicas construtivas indígenas é sobreposta à desvalorização dos materiais temporários na arquitetura. Na historiografia da arquitetura muito pouco tem sido dedicados às construções, tecnologias e técnicas fora do padrão dominante. Em especial, com o advento do concreto e da arquitetura moderna no século XX, materiais como adobe, taipa, tijolo, bambu, foram deixados à margem das publicações e das escolas de arquitetura. Numa cultura arquitetônica de sobrevalorização do concreto, é evidente que as ocas indígenas, as casas quilombolas, as palafitas e flutuantes ribeirinhas, as vilas de pescadores, as casas caiçaras e todo o vasto leque de tipologias construtivas no país correm o risco de desaparecer. Seduzidos pelo bloco-cimento, a nova geração de mestres construtores em diversas comunidades têm substituído as técnicas antigas pelos novos materiais, nem sempre com bons resultados no que tange às adaptações climáticas ou custos (CARDOSO, 2010; MOASSAB, 2012).

Para além da questão da necessidade urgente de ampliação na gama do patrimônio arquitetônico brasileiro, é pertinente incluir no debate os processos imateriais da arquitetura. Em outras palavras, a preservação não deve limitar-se ao objeto arquitetônico, outrossim, atentar-se para registrar o saber-fazer, as técnicas construtivas e tecnologias adequadas a cada época e edificação. Trata-se de conseguir responder não apenas como o bem foi construído, mas também o porquê destas construções, enquadrando as limitações ambientais, materiais e econômicas de uma época, as quais foram fundamentais para os seus resultados arquitetônicos (LIMA, H., 2008). Pesquisas recentes no Brasil têm demonstrado a importância de um resgate da história da tecnologia, posto que soluções construtivas adotadas pelos povos antes do conhecimento dos combustíveis fósseis apresentam rico material para desenvolver

⁵ Nesta pesquisa foram analisados os bens tombados pela União; foram excluídos da análise os estados e municípios, merecendo maior atenção em pesquisas futuras desta natureza.

tecnologias construtivas mais sustentáveis (ibidem). Neste sentido, seria fundamental que o IPHAN reconhecesse este patrimônio e apoiasse estudos e conhecimentos a ele vinculados. Vale lembrar a obra do arquiteto egípcio Hassan Fathy (1982), responsável por resgatar técnicas locais, em vias de desaparecimento dada a rápida substituição da tecnologia tradicional pelo concreto, em meados do século XX. Seu trabalho, extremamente contemporâneo, foi dedicado a pesquisar e implementar soluções arquitetônicas com base no saber vernacular.

O pesquisador e docente da Universidade Federal do Ceará, Daniel Cardoso, desenvolveu uma metodologia para estudos da morfogênese e arquivo de processos arquitetônicos, com base num trabalho com a comunidade piscatória de Icapuí/CE (CARDOSO, 2010). A partir da análise de mais de cem casas na região, no intervalo temporal de um século, o arquiteto conseguiu identificar um algoritmo tipológico, identificando a gramática dos mestres de obra. Foi possível, assim, desenvolver uma ferramenta computacional para arquivar este processo construtivo, em vias de perder-se com o falecimento e idade avançada dos últimos mestres detentores das técnicas tradicionais, pois que os mais jovens têm preferido construir em bloco e concreto. Seu trabalho foi premiado pelo governo cearense com o prêmio *Guilherme Studart* para ensaio sobre tema cultural. Ao revelar a importância dos processos imateriais na arquitetura, não obstante a sua fisicalidade concreta, abrem-se novas perspectivas para a preservação do patrimônio construído, extrapolando a conservação do objeto arquitetônico.

O próprio IPHAN e o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – deparam-se com a limitação imposta pela falta de preservação de processos construtivos quando da necessidade de restauração do Casarão do Chá, em Mogi das Cruzes (SP). Construído em 1942, com um complexo sistema estrutural de encaixes de madeira, sem qualquer prego, parafuso ou colagem, o casarão é um exemplar único da arquitetura japonesa no Brasil. As paredes em taipa, com amarração japonesa, revelam uma interessante hibridização e adaptação do sistema construtivo japonês “aos condicionantes impostos pela localização e pelos materiais, técnicas e mão-de-obra existentes na região” (KUNYIOSHI e PIRES, 1984). Tombado em 1982 pelo CONDEPHAAT e em 1986 pelo IPHAN, o edifício esteve durante anos em vias de ruir, especialmente devido às dificuldades impostas para a sua restauração. O sistema de encaixes, desconhecido no

país, inviabilizava a retirada de qualquer peça para manutenção/substituição, sem comprometer todo o conjunto. Técnicos do IPHAN, do IPT e da UNESCO debruçaram-se sobre a questão, sem sucesso. Apenas com a vinda de um mestre-carpinteiro do Japão, especializado nesta tipologia, foi viabilizada a recuperação do edifício. Em oposição ao modelo europeu de cristalização da arquitetura (JEUDY, 2005), os orientais preocupam-se mais com a manutenção da tradição construtiva ancestral, que é passada por gerações.

3. Arquitetura-objeto na Cidade-Cenário

Ao contrário dos orientais, a excessiva valorização da materialidade arquitetônica no ocidente tem colaborado para um processo de “cenarização” de centros históricos, resultantes dos projetos de revitalização urbana em voga nas últimas décadas. Mega-projetos de intervenção, como a remodelação de Barcelona, da zona portuária em Londres, ou no Brasil, do pelourinho em Salvador, para citar alguns, inserem-se num modelo de compreensão do território denominado planejamento estratégico ou *city-marketing*. Desenvolvido sob a égide do neoliberalismo, os principais objetivos destes planos são a manutenção da ordem de modo a facilitar a ação de grupos investidores, especialmente daqueles ligados ao capital imobiliário e grupos econômicos, pouco interferindo na qualidade de vida e no combate às desigualdades sócio-espaciais. O resultado são cidades, em todo o mundo, cada vez mais marcadas pela segregação espacial, na qual as zonas centrais mais bem servidas de infraestrutura são ocupadas pelas classes mais abastadas. Nas regiões mal atendidas por serviços e equipamentos urbanos, reside a população de baixa e de baixíssima renda.

Em acordo com estas premissas, a gestão do território ganha contornos de planos de marketing, nos quais uma “boa” imagem de cidade/país deve ser reforçada, enquanto as tensões sociais, amenizadas. Dito de outra forma, a arquitetura e a preservação arquitetônica tem colaborado para o ocultamento deliberado das tensões existentes no espaço urbano, beneficiando a especulação imobiliária facilitada pela legislação urbanística excludente e pela ação do Estado em áreas de maior interesse do capital. Instrumentalizada por estes modelos de gestão urbana, a preservação do patrimônio edificado vem transformando as cidades em espetáculo, no qual a fisicalidade das construções é preservada, recuperada e transformada para fins turísticos muitas vezes deslocados do cotidiano e da população local.

No livro *Espelho das Cidades*, Henri-Pierre Jeudy (2005) faz uma análise crítica da questão patrimonial urbana atual e um questionamento sobre a representação simbólica das cidades contemporâneas. O autor demonstra haver uma excessiva estetização dos centros históricos, sob a égide do *city-marketing* e da sociedade de consumo. Nesta ótica, as cidades competem entre si para atrair investimentos e turistas, pautados pela “lógica contemporânea de consumo cultural, na qual a cultura passou a ser concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente” (JACQUES, 2005). A imagem da cidade desponta como foco principal das ações e como estabelecimento de uma “marca” aos moldes empresariais.

Tais projetos de “revitalização” buscam conquistar turistas e empresas estrangeiras, de forma que há a homogeneização em um padrão internacional de museificação local, exotizado e distanciado das práticas culturais que constituíram originalmente os espaços e conjuntos arquitetônicos. Estas intervenções são deliberadamente acríicas, como é o caso da Cidade Velha ou Salvador, citadas anteriormente, amoldando-se às expectativas dos visitantes muitos mais do que propositivas de um resgate e valorização da história dos lugares e seus habitantes. Ademais, o ideário “arquitetura-cenário-fetichismo-gentrificação” tem tido amplo suporte das agências internacionais como a UNESCO, no caso de Cidade Velha, ou o BID, para o Pelourinho.

Em acordo com esta lógica foi desenhado o programa Monumenta, um amplo programa de preservação de patrimônio do governo federal, financiado pelo BID, em desenvolvimento desde 1995. Na primeira metade dos anos de sua implementação este viés era evidente, cujo caso mais emblemático foi a preservação do centro histórico de Salvador. A Operação Pelourinho, como foi designada, visava exclusivamente ao estímulo a atividades de lazer e turismo voltados para grupos sociais sem vínculos com a região. O projeto foi profundamente marcado pela total exclusão da população moradora do bairro, além da alteração na estrutura urbana colonial (que deveria ser preservada) com fins de ampliar os espaços de exploração comercial nos miolos de quadra (BONDUKI, 2010). Iniciado em 1993 pelo governo estadual, a “revitalização” do pelourinho, amplamente financiada pelo Monumenta nos anos seguintes, absorveu a população originária, negra, apenas “como um produto exótico que combina bem com a estratégia de implementação de atividades ligadas ao turismo” (ibidem: 332). Todos os

moradores das regiões foram realocados, acabando por se fixar nas bordas do centro histórico, em condições tão precárias quanto anteriormente.

4. Outros caminhos possíveis

Não obstante as diretrizes do financiamento impostas pelo BID, a partir dos anos 2000, com a criação do Ministério das Cidades e da possibilidade de políticas públicas conjugadas, tais como preservação e habitação social, as diretrizes do programa Monumenta foram flexibilizadas e sofreram alterações significativas em comparação com a sua primeira etapa. Os encaminhamentos do programa ao longo da última década alteraram o seu perfil com resultados dignos de reanálises. Este é o caso do Parque do Vale dos Contos em Ouro Preto e da instalação de universidades federais em edifícios tombados no interior de Alagoas e Sergipe.

Igualmente paradigmático, por paradoxal que seja, foi a construção de habitação de interesse social, no mesmo Pelourinho onde os moradores haviam sido expulsos nos anos anteriores (ibidem). Ainda assim, o programa não foi isento de fortes disputas, conflitos e tensões. O alargamento do ideário da intervenção pelos governos locais (estaduais e municipais), inicialmente destinariam as habitações para uma demanda de funcionários públicos do Estado. Aos moradores sem condições de pagar o financiamento seria oferecido aquilo os movimentos sociais locais chamaram de “cheque-despejo”, isto é, uma indenização de 1,5 mil a 5 mil reais para deixarem o local (ibidem). Somente com a forte mobilização social, intervenção do ministério público e um governo federal alinhado na mudança de perspectiva, no que tange ao direito à moradia, foi possível findar os impasses em favor dos moradores. Deste modo, as 103 famílias cadastradas em 2000 tiveram acesso à moradia no centro histórico.

Este episódio inaugura um precedente fundamental para a viabilização de habitação de interesse social em projetos de recuperação de centros históricos, numa complexa combinação de políticas públicas. Apesar das fragilidades arquitetônicas das unidades projetadas, conforme apontou Bonduki (ibidem), os ganhos em termos sociais, institucionais e paradigmáticos superam as limitações projetuais que certamente serão sanadas nas próximas intervenções de mesma natureza.

Sob este aspecto, algumas respostas positivas emergem à questão essencial colocada por Henry Jeudy (2005), ao criticar a museificação dos centros históricos,

sobre o novo papel do arquiteto e urbanista diante de processos urbanos contemporâneos. O profissional da área é um elemento chave nesta trama, o qual em conjunto com diversos atores sociais pode colaborar rumo a intervenções arejadas, cultural e socialmente engajadas, na qual a arquitetura está intrinsecamente conectada à vida cotidiana e às populações locais.

Finalmente, merecem destaques como importantes aportes para viabilizar outros caminhos para a preservação arquitetônica, os instrumentos urbanísticos atuais para gestão do patrimônio, cujos avanços significativos foram alcançados com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 (Lei 10.257). Um dos problemas na gestão do patrimônio é a fraca capacidade econômica da maioria dos municípios com imóveis ou áreas tombadas, especialmente aqueles com menos de 50 mil habitantes, que compõem 80% dos municípios brasileiros com sítio tombado pelo IPHAN (FINGER, 2010). Neste sentido, os diversos instrumentos urbanísticos regulamentados pelo Estatuto da Cidade podem colaborar efetivamente para reverter o quadro de esvaziamento e abandono de casarões e zonas urbanas tombadas, desde que devidamente incluídos nos planos diretores municipais. São os principais instrumentos instituídos pelo Estatuto da Cidade: utilização compulsória, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos.

Na aplicação deste último, o município notifica os proprietários dos imóveis nas áreas delimitadas para que apresentem projetos de intervenção, com prazos para conclusão da obra e uso do imóvel. No caso de descumprimento, as alíquotas do IPTU vão aumentando ao longo de cinco anos. Ao persistir o desuso, o imóvel poderá ser desapropriado e o município será responsável pela sua adequação aos fins urbanos e culturais da cidade.

A transferência do potencial construtivo é outra possibilidade a facilitar a gestão do patrimônio. Em troca da preservação do imóvel, o proprietário poderá transferir o potencial construtivo não utilizado do bem tombado para outra área da cidade. Uma vantagem adicional é a permissão de venda do potencial no mercado imobiliário, de maneira que o coeficiente seja aproveitado por terceiros. Particularmente em municípios com restrições para todo um centro histórico este instrumento facilita a instalação de hotéis e outros equipamentos em zonas sem impacto direto no conjunto urbano preservado. Na mesma direção, o direito de preempção, de superfície, outorga onerosa

e operações urbanas consorciadas contribuem para aumentar a dinâmica econômica local em simultâneo com a preservação histórica.

Nos últimos anos o IPHAN tem trabalhado na capacitação municipal para a gestão do patrimônio, com foco nos pequenos municípios, tendo vislumbrado a possibilidade de implantar conjuntamente estes instrumentos, como é o caso de Corumbá de Goiás (GO), Óbidos (PA), Paranaguá (PR) e Jaboatão dos Guararapes (PE) (ibidem). O instituto nacional reconhece a importância de sua participação para fortalecer a gestão local, sobretudo nos pequenos municípios, sem, contudo, substituí-la (ibidem).

5. A oca e a palhota como referência arquitetônica para as próximas gerações

Em síntese, é relevante reconhecer e apontar os avanços obtidos após a constituição de 1988, com uma compreensão mais alargada da diversidade do patrimônio nacional, e com o Estatuto da Cidade (2001), delimitando instrumentos concretos para a gestão local do patrimônio. Todavia, na prática cotidiana, a administração pública ainda está aquém do esperado no que tange à inclusão e valorização do patrimônio arquitetônico de origem africana, afro-descendente e indígena.

A oca e as tradições construtivas indígenas merecem constar do livro do tomo, bem como dos debates sobre arquitetura brasileira. Não apenas os indígenas têm demonstrado enorme capacidade de respostas às suas especificidades habitacionais quanto valorizar o uso de técnicas e material local, com menor uso de cimento, tem o potencial de colaborar para redirecionar os estudos sobre arquitetura e sustentabilidade no país.

Igualmente, uma análise mais cuidadosa das heranças dos modos de morar africanos na cultura habitacional brasileira pode elucidar melhores soluções arquitetônicas para as moradias nacionais. É o caso, por exemplo, do pátio interior como articulador do espaço doméstico, um ambiente semi-aberto e semi-público a funcionar como uma expansão do lar. Novas leituras destes hábitos remanescentes podem atender demandas atuais nas habitações coletivas? A valorização deste patrimônio edificado poderá fazer emergir boas questões de pesquisa para os estudos da arquitetura nacional.

Tanto quanto a arquitetura colonial, as técnicas e materiais construtivos utilizados e adaptados pelos outros povos formadores da nação brasileira são dignas de (re)conhecimento como patrimônio edificado nacional. Ademais, são dignos de povoar o imaginário nacional tanto quanto a taipa, o adobe, a telha de barro ou o muxarabi. Com passos tímidos, mais de duas décadas depois do novo marco legal, deve-se registrar que não houve uma reversão significativa do perfil patrimonial tombado da união, mantendo o foco nos edifícios de Estado e religiosos, de recorte colonial e elitista.

Por fim, a entrada no século XXI acrescenta variáveis complexas no debate arquitetônico, fazendo emergir a relevância dos processos imateriais na arquitetura, os quais urgem serem valorizados e devidamente arquivados para as gerações presentes e futuras.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Nele. *Monumento Mínimo*. São Paulo: Unesp, 2003. DM.
- BONDUKI, Nabil. *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos*. Brasília: IPHAN, 2010.
- BRASIL. “Lei nº 10.257 de 10/07/01 [Estatuto da Cidade]. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. In: *D.O.U. de 11/07/01*, Brasília, 2001.
- CARDOSO, Daniel. *Desenho de uma Poiesis*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.
- DEUTSCHE, Rosalyn. *Evictions: Art and Spatial Politics*. Cambridge: MIT, 1996.
- FATHY, Hassan. *Construindo com o Povo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- FINGER, Anna et alii. *Normatização de Cidades Históricas*. Brasília: IPHAN, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GALVÃO, Marco (org). *Casas do Patrimônio*. Brasília: IPHAN, 2010.
- JACQUES, Paola. “Do especular ao Espetacular”. In: *Vitruvius Resenhas Online*. Disponível em www.vitruvius.com.br. Publicado em 2005. Acesso em 26/09/12.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KUNYIOSHI, Celina e PIRES, Walter. *Casarão do Chá, Mogi das Cruzes*. São Paulo: CONDEPHAAT, 1984.
- LIMA, Francisca et alii (org). *Bens Móveis e Imóveis Inscrito no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2009)*. Brasília: IPHAN, 2009.

LIMA, Hélio. “A Exemplaridade dos Sistemas Construtivos Tradicionais para a Inovação em Sustentabilidade na Arquitetura”. In: *Nutau* [online]. São Paulo: USP, 2008.

MG QUILOMBOS. *Dossier sobre Quilombos de Minas Gerais*. Disponível em <http://www.mgquilombo.com.br>. Acesso em 25/09/2012.

MOASSAB, Andréia. *Pelas Fissuras da Cidade: Composições, Configurações e Intervenções*. São Paulo: PUCSP, 2003. DM.

MOASSAB, Andréia. “Housing Architecture in Cape Verde”. In: *Rivista Urbanistica PVS*. Roma: Sapienza Università di Roma, 2012 (no prelo).

NCA. “Borba Gato é Julgado, Condenado e Encontra-se Preso”. In: *NCA na Rede*. Disponível em <http://ncanarede.blogspot.com.br>. Publicado em 22/05/08. Acesso em 17/10/12.

PEIXOTO, Nelson. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Senac e Marca d’água, 1996.

PEIXOTO, Nelson. *Arte/Cidade Zona Leste*. São Paulo: Senac, 2012

SOUZA, Gabriel. *Territórios Estéticos: a Experiência do Projeto Arte/Cidade em São Paulo (1994-2002)*. São Paulo: Annablume.

UNESCO. *Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande*. Disponível em <http://whc.unesco.org>. Acesso em 30/02/2013.

VENEGAS, Hernán. *Patrimônio Cultural e Turismo no Brasil em Perspectiva Histórica: Encontros e Desencontros na Cidade de Paraty*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. TD.

WODICZKO, Krzysztof. *Critical Vehicles: Writings, Projects, Interviews*. Cambridge: MIT, 1999.